



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 22M1

Transportes



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública

36

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para Z.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**51**

A utilização do álcool como combustível para veículos automotores surgiu como alternativa ao uso de derivados de petróleo, deixando os consumidores brasileiros menos vulneráveis às oscilações dos preços destes últimos. Entretanto, frequentemente se observa que o preço do álcool como combustível não compensa financeiramente seu uso ao invés da gasolina, devido à diferença de eficiência energética entre os dois. Sobre este tema, assinale a afirmativa verdadeira.

- (A) A baixa eficiência energética do álcool produzido no Brasil levou países como os Estados Unidos a imporem barreiras comerciais à importação deste combustível brasileiro, o que desestimulou os produtores nacionais e reduziu a oferta, levando ao aumento dos preços.
- (B) A maior eficiência energética do álcool produzido a partir do milho em relação ao de cana-de-açúcar, sendo os Estados Unidos o maior país produtor, obrigou que o Brasil importasse grande parte do álcool consumido no mercado interno, levando ao aumento dos preços.
- (C) O desenvolvimento de veículos híbridos desestimula os produtores de álcool nacionais, uma vez que a tecnologia não é compatível com este combustível, levando ao aumento dos preços.
- (D) O valor do açúcar no mercado internacional leva as indústrias nacionais a variarem a produção do álcool, por vezes não conseguindo gerar volume suficiente para acompanhar o aumento do consumo no Brasil e, neste caso, levando ao aumento dos preços.
- (E) A tributação dos combustíveis é, em parte, composta por impostos estaduais. Diferentemente do resto do país, em São Paulo (maior estado nacional produtor de álcool), as tributações sobre o álcool são percentualmente idênticas às da gasolina, levando à perda de competitividade do combustível vegetal.

52

Assinale a alternativa que **NÃO** constitui uma das esferas de atuação da ANTT.

- (A) A exploração da infraestrutura rodoviária federal.
- (B) O transporte rodoviário municipal, interestadual e internacional de passageiros.
- (C) O transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias e ferrovias.
- (D) A exploração da infraestrutura ferroviária e o arrendamento dos ativos operacionais correspondentes.
- (E) O transporte ferroviário de cargas ao longo do Sistema Nacional de Viação.

53

Com relação à Cide-Combustíveis, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) estão isentas da Cide-Combustíveis vendas efetuadas à empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação.
- (B) de acordo com a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, parte da arrecadação da Cide-Combustíveis é destinada ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás.
- (C) o Biodiesel não está sujeito à incidência da Cide-Combustíveis.
- (D) empresas exportadoras têm o prazo máximo de 180 dias, a contar da data de aquisição, para a efetiva exportação dos produtos, sob pena de perda de isenção da Cide-Combustíveis e pagamento de taxas adicionais.
- (E) a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, prevê que o total arrecadado pela Cide-Combustíveis será distribuído entre os Estados proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada nos mesmos.

54

A Lei nº 8.987 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175º da Constituição Federal. De acordo com esta lei, uma concessão pode ser extinta, caso se enquadre em determinadas situações como: advento do tempo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência. Sobre este tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, sem obrigatoriedade de pagamento de indenização.
- (B) Em caso de declaração de caducidade, fica o poder concedente responsável pelos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros e com empregados da concessionária.
- (C) Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, com autorização para a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.
- (D) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, com a imediata suspensão dos serviços prestados até o restabelecimento das condições contratuais.
- (E) A declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais não poderá ser declarada, caso a concessionária perca as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

55

A Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o transporte multimodal de cargas. Sobre esta lei, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) transporte multimodal de cargas é aquele que, regido por um ou mais contratos, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade de pelo menos dois operadores de transporte multimodal e seus subcontratados.
- (B) o transporte multimodal de cargas é nacional, quando os pontos de embarque e de destino estiverem situados no território nacional e internacional, quando o ponto de embarque ou de destino estiver situado fora do território nacional.
- (C) o transporte multimodal de cargas compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário.
- (D) o Ministério dos Transportes é o órgão responsável pela política de transporte multimodal de cargas nos segmentos nacional e internacional, ressalvada a legislação vigente e os acordos, tratados e convenções internacionais.
- (E) o operador de transporte multimodal é a pessoa jurídica contratada como principal para a realização do transporte multimodal de cargas da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

56

Sistemas BRT (*Bus Rapid Transit*) vêm sendo implantados no Brasil, a exemplo do que já ocorre em outros países, como alternativa aos demais sistemas de transporte público. Eles se diferem do transporte coletivo por ônibus convencional através de uma série de características, entre as quais pode-se citar:

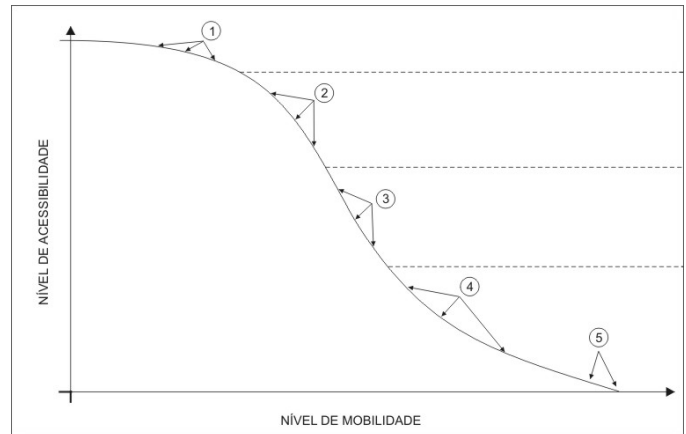
- I. BRT's operam apenas com ônibus segregados do tráfego geral.
- II. BRT's utilizam apenas ônibus articulados.
- III. BRT's operam apenas com cobrança externa da tarifa.
- IV. BRT's operam tanto em sistemas tronco-alimentados quanto diretos.

Completem corretamente o enunciado apenas as alternativas

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

57

A hierarquia de um sistema viário urbano se dá, entre outras formas, pela funcionalidade das vias que o compõe. A classificação mais simplificada engloba cinco tipos de vias: arteriais primárias, arteriais secundárias, expressas, locais e coletoras. Tomando como base os conceitos de mobilidade e acessibilidade urbana, quais os tipos de vias representadas pelos números 2 e 4, respectivamente, na figura?



- (A) Coletoras e locais.
- (B) Arteriais primárias e arteriais secundárias.
- (C) Expressas e arteriais secundárias.
- (D) Coletoras e arteriais primárias.
- (E) Arteriais secundárias e locais.

58

De acordo com a ANAC, em casos da aviação comercial de passageiros que se enquadrem como atraso e cancelamento de voo (e interrupção do serviço) e preterição de passageiro, o transportador deverá oferecer as seguintes opções:

- I. Reacomodação em voo próprio ou de terceiro, que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, na primeira oportunidade.
- II. Reembolso integral acrescido de multa equivalente a duas vezes o valor do bilhete.
- III. Conclusão do serviço por outra modalidade de transporte.
- IV. Reacomodação em voo a ser realizado em data e horário de conveniência do passageiro.

Completem corretamente o enunciado apenas as alternativas

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

59

Os níveis de serviço são indicadores utilizados pela ANTT para a medição do desempenho de um sistema rodoviário. Servem, entre outros propósitos, para a determinação de ampliações de capacidade de rodovias e se baseiam essencialmente em três parâmetros fundamentais: densidade, volume e velocidade veicular em trechos homogêneos. O conhecimento da relação teórica entre os três permite a analistas determinarem com agilidade a situação em que se encontra uma rodovia, em termos de saturação. Quanto a esta relação teórica, é correto afirmar que

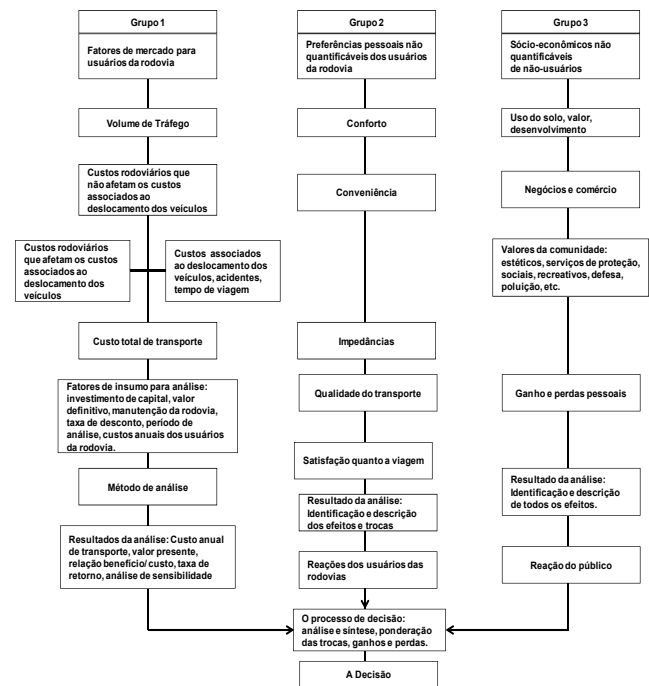
- (A) a densidade é máxima quando o volume é máximo e a velocidade é máxima.
- (B) a densidade é constante para qualquer velocidade.
- (C) a velocidade independe do volume.
- (D) se o volume é igual a zero, a densidade é máxima ou igual a zero.
- (E) o volume é máximo, quando a velocidade é máxima.

60

Com relação à infraestrutura de portos marítimos, pode-se afirmar que

- (A) pontes de atracação, trapiches e cais são exemplos de obras de abrigo em um terminal portuário.
- (B) berço de atracação consiste em um local específico no terminal marítimo onde o navio aguarda até que seja emitida autorização para deslocamento desde a barra até as instalações de acostagem.
- (C) bacia de evolução é uma área fronteiriça às instalações de acostagem, reservada para as evoluções necessárias às operações de atracação e desatracação dos navios no porto.
- (D) hinterlândia do porto é a área compreendida pelas instalações portuárias, quais sejam, ancoradouros, docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, bem como pela infraestrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto, tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio.
- (E) a profundidade do canal de acesso é calculada em função do calado médio dos tipos de navios que irão utilizar o porto, acrescentando-se 10% para a compensação das ondulações.

O diagrama refere-se às questões 61 e 62.



61

É apresentada a proposta de duplicação de uma rodovia com uma densidade de tráfego muito elevada de automóveis, caminhões e ônibus. Ela já possui 2 pistas por sentido, de 2 faixas cada uma. As projeções de demanda para o ano de projeto indicam que o crescimento do tráfego justifica esta proposta de ampliação da via. Sobre o estudo de viabilidade técnico-econômica, assinale a afirmativa correta.

- (A) É necessária a apresentação de um projeto básico, calculando a relação econômica Benefício/Custo pelo menos com os itens descritos no Grupo 1 do diagrama acima, mas considerando na modelagem o máximo de informações sobre os itens do Grupo 2 e 3 na estimação da demanda e na quantificação dos benefícios ao longo da vida útil.
- (B) Não é necessário fazer estudo de viabilidade técnico-econômica, pois se houver um crescimento de tráfego muito elevado em uma rodovia destas características e houver orçamento disponível torna-se justificável a sua implantação para o desenvolvimento nacional.
- (C) Calculado o custo total da implantação da duplicação, verifica-se apenas a existência de orçamento aprovado para o exercício em que será construída e empenho de recursos programado, de acordo com a Lei 12.379, de 6 de janeiro de 2011 (Lei do Sistema Nacional de Viação).
- (D) A Lei de Concessões obriga a concessionária a duplicar com seus próprios recursos, advindos do pedágio arrecadado aos usuários, e a responsabilidade é dela fazer sob seu risco de demanda independente de estudo de viabilidade técnico-econômica.
- (E) O estudo de viabilidade técnico-econômica deve atender apenas aos aspectos indicados nas análises dos grupos 2 e 3 do diagrama, ou seja, avaliar as Reações dos Usuários das Rodovias e a Reação do Público a este investimento, uma vez que se trata de uma rodovia que deve atender aos objetivos do Sistema Nacional de Viação (Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011).

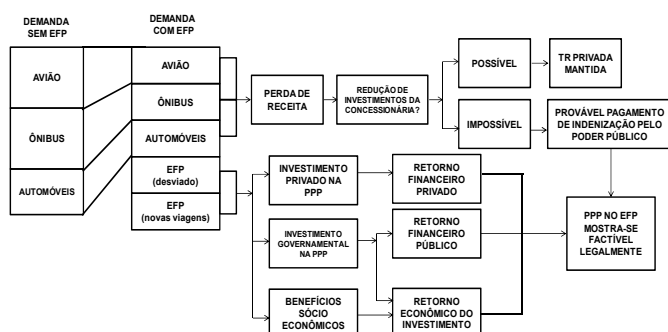
62

Rodovias podem ser divididas em três tipos básicos: A – as que possuem fluxo elevado de veículos; B – as que possuem fluxo médio de veículos; C – as pioneiras e vicinais. Considere os benefícios socioeconômicos advindos do investimento público necessário ao analisar a proposta de construção ou ampliação de uma rodovia.

- (A) As rodovias do tipo A têm seus principais benefícios no grupo 1 do diagrama, enquanto nas rodovias pioneiras e vicinais são os do grupo 3. Para as rodovias do tipo A, não há exigência de estudo de viabilidade técnico-econômica.
- (B) As rodovias do tipo A são de responsabilidade do Governo Federal, as do tipo B são de responsabilidade dos estados e as do tipo C dos municípios, como previsto na Constituição Federal e na Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011.
- (C) As rodovias do tipo A devem ser analisadas de acordo com o grupo 1 do diagrama, as do tipo B devem ser analisadas de acordo com o grupo 3 do diagrama e as pioneiras e vicinais devem ser construídas para o desenvolvimento regional ou nacional, considerando se existe orçamento previsto por parte do respectivo nível de governo.
- (D) As rodovias do tipo A têm seus principais benefícios no grupo 1 do diagrama, enquanto nas rodovias pioneiras e vicinais são os do grupo 3. Além dos aspectos econômicos citados deverão constar dos estudos técnicos os projetos básicos de engenharia e, para a fase construtiva, os projetos executivos.
- (E) Para uma análise de viabilidade técnico-econômica de uma rodovia é necessária apenas a consulta pública para verificar os problemas que estão sendo causados pela inexistência ou falta de capacidade da mesma. Em especial os usuários deverão ser consultados, pois ao trafegar no trecho conhecem os problemas e poderão apresentar as soluções mais adequadas para a implantação da nova via.

O enunciado a seguir refere-se às questões 63 e 64.

O diagrama sistematiza um hipotético investimento em um eixo ferroviário de passageiros (EFP). Ele será construído e operado entre cidades que já possuem ligação por rodovia concessionada à empresa privada, que nela cobra pedágio. Na rodovia trafegam automóveis e linhas de ônibus, também concessionadas a empresas privadas. Além disso, existem linhas de transporte aéreo autorizadas a empresas privadas ligando as duas cidades. As concessões ou autorizações estão regularizadas e em vigor nas diferentes esferas de governo.

**63**

O modelo apresentado vai ao encontro da legislação vigente de Participação Público Privada?

- (A) Totalmente, pois considera o equilíbrio financeiro da nova operadora e os efeitos nas atuais concorrentes, até mesmo cuidando de indenizações eventuais.
- (B) Totalmente, pois considera o equilíbrio econômico-financeiro da PPP e os reflexos tanto na parte privada da operadora do novo modo quanto nos concorrentes.
- (C) Parcialmente, pois considera o equilíbrio econômico-financeiro da PPP e os reflexos tanto na parte privada da operadora do novo modo quanto nos concorrentes, mas não explicita os aspectos de modicidade tarifária.
- (D) Parcialmente, pois considera o equilíbrio financeiro da nova operadora e dos efeitos nas atuais concorrentes, até mesmo cuidando de indenizações eventuais, mas não considera a modicidade tarifária.
- (E) Não atende à Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pois se já existe um atendimento por outros modos de transporte no mesmo eixo não pode haver PPP, já que o governo deverá alocar seus recursos em locais em que não existam opções de transporte.

64

Em que tipo de relação entre o Governo e o setor privado o modelo apresentado melhor se enquadra?

- (A) A uma Concessão Convencional de um serviço de transporte de passageiros, em que a operadora irá cobrar a tarifa aos usuários, daí cobrindo seus custos operacionais e auferindo seu lucro legal.
- (B) A uma Concessão Convencional de um serviço de transporte de passageiros, em que a remuneração da operadora é oriunda somente da receita da utilização dos serviços por seus usuários, como ocorre no caso dos pedágios de rodovias.
- (C) A um modelo de uma Concessão Patrocinada, pois o estipêndio do setor privado advém da receita obtida com a exploração do serviço, acrescida da receita advinda do Estado.
- (D) A uma Concessão Administrativa, pois os pagamentos são apenas provenientes da Administração Pública.
- (E) A uma Licitação por Concorrência Pública, com base na menor tarifa, exigida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

65

Considerando-se as causas que afetam a eficiência do transporte de cargas no país, analise.

- I. Há desbalanceamento da matriz de transporte, legislação e fiscalização inadequadas e deficiência da infraestrutura de apoio.
- II. A opção rodoviarista há muitos anos levou investimentos predominantemente para rodovias.
- III. Os programas de privatização de rodovias, portos e ferrovias levaram a fretes elevados.
- IV. O excessivo controle por parte das operadoras para a verificação do excesso de carga nos caminhões leva ao aumento significativo no tempo de viagens.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

66

O Decreto Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, dispõe sobre o direito de pessoas com mobilidade reduzida. Com relação a este decreto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o Poder Público é o responsável por assegurar espaços para atendimento, assentos preferenciais e meios de acesso devidamente sinalizados para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais, estações e pontos de parada.
- (B) os serviços de transporte coletivo rodoviário urbano devem priorizar o embarque e desembarque dos usuários em nível em, pelo menos, um dos acessos do veículo.
- (C) cabe às empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nos serviços de transporte coletivo, para que prestem atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis, quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.
- (E) as adaptações dos veículos em operação nos serviços de transporte coletivo rodoviário, bem como os procedimentos e equipamentos utilizados nestas adaptações, são sujeitas a programas de avaliação de conformidade.

67

A densidade da malha de transporte no Brasil, indicada em quilômetros de vias por 1.000 km², apresenta alguns dos problemas que se observam na logística e nos custos nacionais. É correto afirmar que

- (A) a densidade da rede brasileira de transporte é da ordem de 5% da rede dos EUA, cerca de 50% da mexicana, próxima a 60% da rede da China e 45% da rede do Canadá. Em termos da distribuição por tipo de via, cerca de 65% é rede rodoviária, 13% ferroviária e 21% hidroviária, em diferentes condições de fluidez ao longo do ano.
- (B) a densidade da rede brasileira de transporte é da ordem de 25% da rede dos EUA, igual a mexicana, próxima a 30% da rede da China e o dobro da rede do Canadá. Em termos da distribuição por tipo de via, cerca de 80% é rede rodoviária, 15% ferroviária e 5% hidroviária, em diferentes condições de fluidez ao longo do ano.
- (C) a densidade da rede brasileira de transporte é 80% rede rodoviária, 15% ferroviária e 5% hidroviária, em diferentes condições de fluidez ao longo do ano, mostrando a opção que o País vem adotando ao longo dos anos.
- (D) a densidade da rede brasileira de transporte é da ordem de 25% da rede dos EUA, igual a mexicana, próxima a 30% da rede da China e o dobro da rede do Canadá. E isto causa um grande desequilíbrio na produtividade da logística nacional.
- (E) em termos da distribuição por tipo de via, cerca de 80% é rede rodoviária, 15% ferroviária e 5% hidroviária, em diferentes condições de fluidez ao longo do ano. Isto se reflete em impactos significativos em termos dos custos logísticos e mostra o enfoque que o Sistema Nacional de Viação, Lei nº 12.379, de 6/1/2011, vem adotando para o sistema de transporte no País.

68

Analise as afirmativas sobre uma rodovia federal cruzando a área urbana de um município.

- I. A responsabilidade sobre esta rodovia pode ser delegada ao município.
- II. A operação dessa rodovia pode ser concedida a uma empresa privada, por estar em área urbana.
- III. A União poderá aplicar recursos financeiros na rodovia, qualquer que seja o regime de administração adotado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

69

Estima-se que o valor adicionado pelo setor transporte na economia brasileira seja da ordem de 5% do PIB, gere mais de 1 milhão de empregos e que ultrapasse a 800 bilhões de toneladas por quilômetro úteis (TKU). Entretanto, sua eficiência é baixa em comparação com outros países, o que indica os reflexos nos custos logísticos totais. Fazendo uma comparação com os EUA, para servir de parâmetro que indique o conhecimento dos grandes números e da importância quantitativa do tema para a economia e o consumo energético nacional, marque a afirmativa correta.

- (A) A produtividade do transporte no Brasil é cerca de 25% da produtividade nos EUA e as empresas brasileiras precisam fazer excesso de estoques para se proteger dos problemas de transporte da ordem de 15% do PIB. Além disso, para cada unidade monetária gerada no PIB o consumo energético brasileiro é, em relação aos EUA, cerca de 30% maior.
- (B) A produtividade do transporte no Brasil é cerca de 50% da produtividade nos EUA e as empresas brasileiras precisam fazer excesso de estoques para se proteger dos problemas de transporte da ordem de 5% do PIB. Além disso, para cada unidade monetária gerada no PIB o consumo energético brasileiro é, em relação aos EUA, cerca de 10% maior.
- (C) A produtividade do transporte no Brasil é cerca de 25% da produtividade nos EUA. Isto se reflete nos custos de transporte, mas não se reflete nos estoques adicionais em função do crescimento das vendas por Internet e dos sistemas denominados “*just in time*”.
- (D) A produtividade do transporte no Brasil é cerca de 50% da produtividade nos EUA. Isto se reflete nos custos de transporte, mas não nos estoques adicionais em função do crescimento das vendas por Internet e dos sistemas denominados “*just in time*”. A questão energética poderá ser solucionada com as novas alternativas de fontes energéticas e com o uso mais intensivo de sistemas alimentados por energia elétrica.
- (E) Em termos comparativos, a questão fulcral é o consumo energético devido à alta dependência do petróleo que o setor transporte possui. A grande perda de produtividade é o consumo energético que é bem superior no Brasil do que em países similares. Os aspectos de produtividade e estoque não são comparáveis, uma vez que as perdas de produtividade são repassadas aos consumidores.

70

O Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, permite ao Poder Executivo intervir nas empresas concessionárias ou autorizadas, cuja situação operacional, financeira ou econômica ameace a continuidade dos serviços, a eficiência ou a segurança do transporte aéreo. Quanto a este tema, marque o **INCORRETO**.

- (A) Na expiração normal ou antecipada das atividades da empresa, a União terá o direito de adquirir, diretamente, em sua totalidade ou em partes, as aeronaves, peças e equipamentos, oficinas e instalações aeronáuticas, pelo valor de mercado.
- (B) Na hipótese de ser apurada por perícia técnica, antes ou depois da intervenção, a impossibilidade do restabelecimento da normalidade dos serviços, as empresas que, por seus atos constitutivos, tenham por objeto a exploração de serviços aéreos de qualquer natureza ou de infraestrutura aeronáutica poderão impetrar concordata.
- (C) Na liquidação ou falência de empresa de transporte aéreo, serão liminarmente adjudicadas à União, por conta e até o limite do seu crédito, as aeronaves e produtos aeronáuticos adquiridos antes da instauração do processo.
- (D) A intervenção visará ao restabelecimento da normalidade dos serviços e durará, enquanto necessária à consecução do objetivo.
- (E) Na hipótese de ser apurada, por perícia técnica, antes ou depois da intervenção, a impossibilidade do restabelecimento da normalidade dos serviços será determinada a liquidação extrajudicial, quando, com a realização do ativo puder ser atendida pelo menos a metade dos créditos ou será requerida a falência, quando o ativo não for suficiente para atender pelo menos à metade dos créditos, ou quando houver fundados indícios de crimes falenciais.

71

A participação das hidrovias na atual matriz de transporte de cargas é ainda modesta, cerca de 4%, quando comparada com o percentual de 58% do transporte rodoviário. São entraves para o desenvolvimento das hidrovias:

- (A) Dificuldade para aprovação de licenças ambientais, principalmente pela falta de definição clara do objeto a ser licenciado e pela falta de entendimento comum acerca dos conceitos técnicos relacionados ao transporte hidroviário.
- (B) A navegação nas hidrovias brasileiras é prejudicada exclusivamente pela inexistência de execução dos serviços contínuos de dragagem, sinalização e balizamento pelos operadores.
- (C) A obstrução de vias navegáveis por barragens construídas com o objetivo de geração de energia elétrica, o que inviabiliza tecnicamente a construção de eclusas para sua transposição.
- (D) De forma geral, o transporte hidroviário não apresenta vantagens ambientais e econômicas sobre os demais, notadamente quando se trata da movimentação troncal de grandes quantidades de carga por longas distâncias.
- (E) O setor de transporte hidroviário possui nível suficiente de detalhamento das informações sobre os rios brasileiros, como o conhecimento dos níveis históricos de água e dados batimétricos em rios e lagos, sendo o maior problema a captação de recursos para a realização de obras para regularização das hidrovias.

72

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, tema de extrema relevância atualmente, tendo em vista o aumento populacional e da frota veicular no Brasil. Um de seus aspectos mais importantes é o estabelecimento e a publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo, principalmente no que se refere à tarifa. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As tarifas de remuneração do transporte público coletivo poderão ser revistas, de modo a incorporar parcela das receitas alternativas em favor da modicidade da tarifa ao usuário.
- (B) A existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se déficit e, nesse caso, poderá o poder público optar pela adoção de subsídio tarifário.
- (C) As tarifas de remuneração do transporte público coletivo poderão ser revistas, de modo a aferir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão e o da permissão, conforme parâmetro ou indicador definido em contrato.
- (D) Na ocorrência de superávit tarifário proveniente de receita adicional originada em determinados serviços delegados, a receita deverá ser revertida para o Sistema de Mobilidade Urbana.
- (E) O operador do serviço poderá realizar descontos nas tarifas ao usuário, inclusive de caráter sazonal, com direito à solicitação de revisão da tarifa de remuneração, caso os mesmos afetem o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

73

Os acidentes de trânsito nas cidades e nas rodovias brasileiras podem ser considerados o segundo maior problema de saúde nacional, talvez apenas menor que a questão da desnutrição e de seus efeitos. Os acidentes no Brasil atingem entre 70 vezes (Canadá) e 10 vezes (Itália) os índices dos países componentes do Grupo G-7. Mais da metade dos leitos de traumatologia dos hospitais são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito. Quanto a este tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os custos associados às pessoas envolvidas em acidentes de trânsito destaca-se o por perda de produção, que se refere à perda de capacidade produtiva decorrente de sequelas causadas por acidentes, mesmo após a recuperação do trauma.
- (B) A redução do número de acidentes com vítimas fatais só ocorrerá quando estes forem considerados crimes, em vez de infrações, como disposto no Código de Trânsito Brasileiro.
- (C) Para reverter o quadro atual é necessária uma atuação sistêmica através de fiscalização, única ferramenta capaz de garantir a segurança efetiva no trânsito.
- (D) Os custos associados a acidentes de trânsito com vítimas fatais ou invalidez permanente sempre têm impacto sobre toda a sociedade pois, mesmo quando não se utiliza a rede pública de saúde, existe a indenização coberta pelo DPVAT.
- (E) Para redução do número de acidentes, é necessário que sejam exigidas, na forma de lei, medidas mais rigorosas para instalação de equipamentos de segurança em automóveis.

74

O Plano Nacional de Logística e Transportes, elaborado em 2007 pelo Ministério dos Transportes, serviu de base para o Plano Plurianual PPA 2008 - 2011, sendo um plano de caráter indicativo, de médio e longo prazos, associado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do País. Assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra entre as metas deste plano, considerando o panorama do transporte no Brasil:

- (A) Proporcionar o conhecimento dos custos de toda a cadeia logística que permeia o processo que se estabelece entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte, levando à otimização e racionalização dos custos associados a essa cadeia, em vez da simples consideração dos custos operacionais das diversas modalidades de transporte envolvidas.
- (B) Enquadramento dos projetos estruturantes do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, evitando a criação de projetos concorrentes que atrasam o processo de consolidação da integração da infraestrutura na América do Sul e prejudicam a realização de trocas comerciais, intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.
- (C) Proporcionar melhor equilíbrio da atual matriz de transportes de cargas do País, na medida em que a otimização e a racionalização estão associadas ao uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária e aquaviária, tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transporte.
- (D) Buscar a preservação ambiental, respeitando-se as áreas de restrição e controle de uso do solo, seja na questão da produção de bens, seja na implantação da infraestrutura, com associação aos estudos de territorialidade efetuados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.
- (E) Retomar o processo de planejamento no setor de transportes, com base em um sistema de informações georeferenciadas, contendo todos os principais dados de interesse do setor, tanto na parte de oferta quanto de demanda, através da institucionalização do acesso às bases de dados socioeconômicos disponíveis nos diversos órgãos e instituições afins e correlatos com o setor.

75

O Brasil tem uma malha em quilômetros de ferrovias e de hidrovias, bem como de TKU ferroviário e hidroviário, baixa em relação a outros países de extensão semelhante. O transporte rodoviário deveria ser alimentador das ferrovias e hidrovias, mas por causa do seu frete, os investimentos ferroviários e hidroviários ficam comprometidos. Para que isto se reverta é necessário uma solução estrutural e sistêmica. As causas dos altos fretes rodoviários podem ser resumidas como sendo as baixas barreiras de entrada de novos operadores, as altas barreiras de saída, as más condições de manutenção e renovação da frota, o sobrepeso dos veículos, as jornadas excessivas e a inadimplência de uma parcela significativa dos operadores. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma forma de melhorar o equilíbrio da matriz de cargas no Brasil:

- (A) Esforço legal, fiscal e de monitoramento sobre todos os modais, em especial o rodoviário de cargas, modernização e a melhoria da infraestrutura do transporte ferroviário e hidroviário e aumento das facilidades de integração multimodal.
- (B) Melhoria da infraestrutura do transporte ferroviário e hidroviário, que tem maior eficiência energética e menor impacto ambiental.
- (C) Fiscalização e policiamento sobre todos os modais, em especial o rodoviário de cargas, que é o mais poluente e de maior consumo energético específico.
- (D) Implantação de terminais de integração multimodal nas ferrovias e hidrovias, facilitando a circulação das cargas e reduzindo os tempos e custos de transbordo para aumentar a competitividade com o rodoviário.
- (E) A malha de ferrovias necessita apenas de sua integração física e operacional, que se dará com a uniformização da bitola nas ferrovias. Quanto à rede de hidrovias, ela já atinge a quase todo o País e só precisa da instalação de terminais de integração multimodal.

76

O transporte aéreo de passageiros tem crescido muito nos últimos anos. Entre outros aspectos, isto se deve ao crescimento da renda média da população, a migração de contingentes expressivos da população de segmentos de menor renda para o nível médio, a maior competitividade do transporte aéreo, aumento da malha aeroviária e a tarifas mais compatíveis com a capacidade de pagamento, tanto em valor quanto em financiamento. Dentro destes aspectos, um modelo institucional estável é importante para o desenvolvimento empresarial do transporte aéreo doméstico e internacional pelas empresas, pois:

- I. Permite uma programação plurianual de investimentos ajustada ao retorno financeiro pretendido e melhora o acesso a financiamentos.
- II. Tem um alto impacto sobre a economia operacional e permite aumentar a oferta de viagens de forma segura.
- III. As empresas têm a responsabilidade de transportar pessoas com segurança e conforto e para isto já existe uma legislação suficiente, agências de regulação adequadas e o controle exercido pela INFRAERO através do Código Brasileiro de Aeronáutica.
- IV. Dará garantia de estabilidade a longo prazo aos investidores no transporte aéreo, sujeitos a oscilações significativas nos itens do equipamento e energia, que precisam ser diluídos em uma malha aérea de distintos níveis de aproveitamento de passageiros em relação à oferta de lugares.

Estão corretas somente as afirmativas

- (A) I, II e IV. (B) I, III e IV.
- (C) II e IV. (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III.

77

As Agências Reguladoras têm um papel importante para melhorar a eficácia do setor de transportes, aumentar a qualidade de vida da população e a competitividade dos produtos do Brasil em relação a outros países. Para que sejam mais eficientes é necessário, entre outros aspectos:

- I. Evitar a politização e seus reflexos nos investimentos.
- II. Contratação só por excelência técnica.
- III. Exigir a aplicação de *Project Finance* nas licitações para as concessões e PPP de novos sistemas de transportes.
- IV. Independência decisória, financeira e gerencial.
- V. Máxima transparência e prestação de contas à sociedade, sendo a atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário relevantes.
- VI. Participarem de todas as concessões de transportes em todo o País, de forma a haver uma otimização dos recursos e uma integração multimodal eficaz.
- VII. Delimitar a competência das agências e solucionar de forma integrada temas de interesses múltiplos entre agências.

Completam corretamente o enunciado somente as afirmativas

- (A) I, II, III, IV e V. (B) I, II, IV, V e VII.
- (C) II, IV, V e VI. (D) I, III, V e VII.
- (E) II, III, V e VI.

78

O transporte hidroviário interior apresenta uma participação ainda baixa no País, embora exista uma grande quantidade de bacias hidrográficas com alto potencial de uso. A cabotagem também tem uma participação muito aquém do seu potencial. Entre os problemas que são citados para que isto ocorra estão as condições e os acessos aos portos, as dificuldades institucionais, a falta de integração multimodal e a competição com o transporte rodoviário. As medidas estruturais para aumentar a competitividade do transporte hidroviário interior e de cabotagem, incluindo uma atuação das agências reguladoras para priorizar os sistemas com melhor de uso múltiplo das águas, redução do consumo energético e maior eficácia energética, são:

- I. Esforço legal, fiscal, institucional e de monitoramento para aumentar a competitividade através da redução de barreiras legais e de custos operacionais que são inerentes ao transporte hidroviário.
- II. Implantação de um modelo de *Project Finance*, com vistas a licitação da concessão ou de PPP da rede multimodal integrada de transportes por hidrovias, como preconizado pelo Plano Nacional de Logística de Transportes.
- III. Obrigatoriedade da utilização de navios de bandeira brasileira na navegação de cabotagem e de navegação por hidrovias, em todo o País, além de um programa de aquisição de navios somente em estaleiros nacionais.
- IV. Programa de modernização da frota de embarcações de transporte e de apoio portuário.
- V. Plano de melhoria da infraestrutura com ênfase na eliminação de gargalos, sem perder de vista as questões de regime hídrico, produção energética, meio ambiente, usos compartilhados e integração multimodal.

Completam corretamente o enunciado apenas as afirmativas

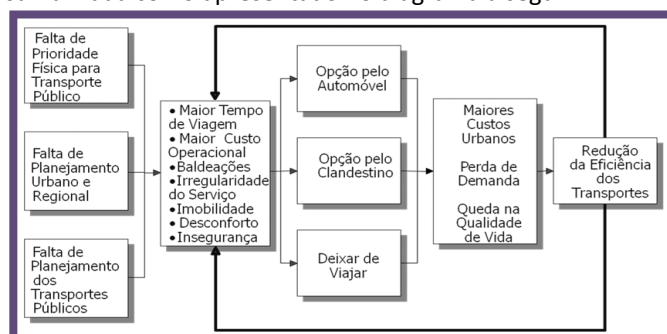
- (A) I, III e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e V.

79

A partir de dados do IBGE, as despesas familiares com transportes podem ser consideradas com as seguintes distribuições:

Faixa de Rendimento Familiar em Salários Mínimos	Despesa Familiar Média com Transportes (%)	
	Total	Público
até 2	15	36
2 a 3	10	21
3 a 6	12	15
6 a 10	13	12
10 a 15	13	7
15 a 25	15	5
mais de 25	22	4

A questão da eficiência dos transportes urbanos pode ser sumarizada como apresentado no diagrama a seguir:



Pode-se concluir, a partir das informações, que os investimentos em transporte público são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida urbana, justificando a adoção de procedimentos a favor dos usuários de transporte público. Considerando a Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) pode-se afirmar que para a obtenção desta melhoria da qualidade dos transportes públicos deve-se:

- I. Adotar subsídios diretos aos usuários de transporte público.
- II. Implantar restrição à circulação de automóveis particulares com bloqueio de faixas e até vias nas quais passem coletivos.
- III. Priorizar a circulação nas vias de meios não motorizados, em primeiro lugar, e de transporte público em segundo lugar.
- IV. Adotar procedimentos similares a pedágio urbano para restringir ou inibir o acesso de automóveis a determinadas áreas ou vias urbanas, obrigando seus usuários a optar pelos transportes públicos. Este pedágio urbano deve ser para os que têm renda familiar a partir de 10 salários mínimos, quando há uma inflexão nos gastos familiares, pois a partir daí só são 16% dos deslocamentos que ocorrem por transporte público e cerca de 49% que são de usuários de automóveis.

Completam corretamente o enunciado somente as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

80

A matriz de transportes de carga mostra-se bastante desequilibrada em relação a outros países de dimensões ou características que possam servir como um indicador de eficiência no setor. Isto reflete nos custos dos produtos em âmbito nacional e em redução da competitividade com outros países.

Setor	Características do marco regulatório	Questões legais	Questões tributárias	Questões institucionais	Investimentos	Geral
Aeroportos						
Ferrovias						
Hidroviias						
Portos						
Rodovias estatais						
Rodovias sob concessão						

Considerando que, onde existem problemas ou dificuldades graves marcou-se de preto, onde existem problemas ou dificuldades médias em cinza e em branco quando existem poucos problemas ou dificuldades a serem sanadas para aumentar a eficiência da logística em termos do transporte, analise as afirmativas:

- I. As questões tributárias e institucionais, em que o Poder Legislativo pode ter uma atuação bem expressiva, contribuem muito para a ineficiência geral dos transportes e o desequilíbrio da matriz de transporte no País.
- II. Há muito o que se fazer para que o transporte hidroviário possa ser mais utilizado, pois apesar de uma grande bacia hidrográfica, a navegação interior tem muitos aspectos estruturais a serem resolvidos para ser utilizada em maior escala.
- III. Somente a questão legal impede que as hidroviias, ferrovias e portos sejam integrados e tenham eficácia, pois no transporte rodoviário e no transporte aéreo a legislação os facilita, já que não apresenta problemas.
- IV. As questões tributárias, as questões institucionais e os investimentos explicam os principais motivos que levam os setores ferroviário, hidroviário interior e os portos a terem uma participação menor que a desejável na matriz de transporte do País.

São verdadeiras apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Transportes do Tipo 1 (Branco – 22M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.